



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA



EX-DIRECTOR DENUNCIA

Insular ocultava lucros e prejuízos

O ex-director de Operações do BPN afirmou ontem que o Banco Insular servia apenas para financiar empresas do grupo, esconder operações e ocultar lucros e prejuízos. **“Grosso modo, era para ocultar prejuízos e lucros, financiar empresas do grupo e esconder operações”**, afirmou António Franco na comissão de inquérito parlamentar sobre a situação que levou à nacionalização do banco. Ainda para António Franco, o Banco de Portugal **“podia ter intervido muito mais cedo no Banco Português de Negócios”**. O BdP podia, **“indiscutivelmente, ter pedido o extracto de conta do Banco [Insular] e nunca o fez”**, disse o antigo quadro do BPN.



CASO BPN

Insular fica sem licença

O Banco de Cabo Verde vai revogar a licença do Banco Insular, um dos veículos responsáveis pelo “buraco” no BPN, avançou ontem a Inforpress.

Segundo a agência oficial cabo-verdiana, o banco central “propôs ao Governo a revogação da licença do Banco Insular de Cabo Verde”, que já terá sido aceite pelo Ministério das Finanças de Cabo Verde.

Esta revogação surge depois de o governador do Banco de Cabo Verde, Carlos Burgo, ter considerado que a imagem do país seria prejudicada com o caso BPN. ■



"Puxão de orelhas" no BPN

O antigo responsável da supervisão no Banco de Portugal até 2006, António Marta, convocou uma reunião com as administrações da SLN do BPN, revisores de contas e auditores em que exigiu alterações na governação e melhorias na informação prestada aos reguladores, disse ontem o ex-director de operações do BPN António Franco, no Parlamento.



CRIMES FINANCEIROS

RELATÓRIO ■ DIAP DE LISBOA



■ Investigações a crimes ocorridos no sector financeiro são prioritárias

Justiça ataca crimes n

● ANA LUÍSA NASCIMENTO/
/EDUARDO DÂMASO

A investigação de crimes ocorridos no sector financeiro e mercado de valores mobiliários está classificada como "prioridade principal" na secção do Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) de Lisboa, que investiga os crimes de colarinho branco. Isso mesmo consta do relatório anual do departamento dirigido por Maria José Morgado, referente a 2008, documento em que é destacado "o esforço persistente" da 9.ª secção, dirigida por Teresa Almeida, "na condução de investigações muito complexas", como os inquéritos ao BCP e BPP.

Magistrado reforça desde Novembro a 9.ª secção do DIAP

Segundo explicou uma fonte do Ministério Público ao CM, esta referência aos crimes na Banca privada é explicada com a Lei de Política Criminal, que define prioridades de investigação. No entanto, a mesma fonte fez questão de sublinhar que a 9.ª secção é especializada na investigação de crimes económicos e financeiros, como a corrupção, que também são prioritários. De acordo com outra fonte, os magistrados estão actualmente a trabalhar em "estreitíssima colaboração" com a Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), colaboração esta que foi aprofundada desde a abertura do inquérito ao BCP, em finais de 2007. Por outro lado, a 9.ª secção, integrada por sete elementos coor-

denados por Teresa Almeida, conta provisoriamente, desde Novembro, com mais um procurador. O relatório do DIAP, ao qual o CM teve acesso, revela que nas secções especializadas os magistrados recebem, em média, 22 novos inquéritos por mês, sendo que na 9.ª secção os processos são na sua maioria complexos, muito dependentes de perícias demoradas, e têm como principal obstáculo a "opacidade" da criminalidade económico-financeira. Em 2008, os sete magistrados formalizaram 29 acusações e arquivaram 254 processos, o que corresponde a um número de processos superior a 2007 - aliás, a tendência de aumento de novos inquéritos é referida no relatório. Sobre a criminalidade económica, é ainda sugerida a organização de pontos de contacto em rede no distrito, medida considerada "crucial" para a partilha de informação. ■

SAIBA MAIS

● **CITIUS CRITICADO**
O DIAP de Lisboa detectou "deficiências graves" no programa Citius/MP e diz que o sistema informático funciona como um "obstáculo".

: 141
funcionários estão em funções no DIAP de Lisboa, mas o quadro prevê 169. É considerada uma "insuficiência crónica".

: 89 094
processos foram movimentados no ano de 2008. Iniciaram-se 69 940 inquéritos, mais oito mil do que em 2007.

■ O antigo gestor assumiu que o vice-governador António Marta chamou ao BdP gestores, auditores e revisores de contas, ameaçando-os que retiraria "a licença de recolha de depósitos" caso não houvesse alterações na forma de administrar o grupo.





PROCURADOR | IMPUNIDADE

O procurador-geral, Pinto Monteiro, diz que o sentimento de impunidade diminuiu em Portugal e deu como exemplo a detenção de Oliveira e Costa, o primeiro banqueiro a ser preso



BANCOS | INVESTIGADOS

Em Dezembro, Pinto Monteiro declarou na comissão parlamentar de orçamento e finanças que há processos em curso contra "quase todos os bancos"

PJ | COMBATE À CORRUPÇÃO

O combate ao terrorismo, à corrupção e ao tráfico de droga são as três missões prioritárias das novas unidades da Polícia Judiciária criadas pela reestruturação orgânica desta entidade



■ Uma das investigações mais complexas que decorre no DIAP de Lisboa, coordenado por Maria José Morgado, é o inquérito ao BCP. Está na 9.ª secção, entregue a Teresa Almeida.

FOTOS: VÍCTOR MORALES/IMAGEM/REUTERS

Queixas contra intermediários financeiros triplicam em 2008

■ A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) registou, em 2008, um aumento histórico no número de reclamações contra os intermediários financeiros dos negócios de compra e venda de ações na Bolsa: com a forte instabilidade dos mercados bolsistas, os investidores apresentaram 615 queixas, um aumento de 223 por cento face a 2007. Por isso, no ano passado, foram levantados trinta processos de contra-ordenação, 12 dos quais relativos a intermediação financeira.

O aumento das reclamações dos investidores, contra os intermediários financeiros, acaba por ser uma consequência inevitável da crise histórica dos mercados bolsistas, considerada a pior dos últimos cem anos. E tudo porque os intermediários financeiros (corretores), muitas vezes, não deram cumprimento às suas ordens para a venda de ações.

Ao todo, o organismo presidido por Carlos Tavares contabilizou, em 2008, um total de 803 queixas e reclamações em várias áreas, contra 190 do ano anterior. A par disto, foram registados 1058 pedidos de informação, dos quais 342 sobre intermediação financeira.

No essencial, os investidores pretendem conhecer melhor as regras dos mercados financeiros, para igualmente melhor defenderem os seus interesses. ■ A.S.A.

■ A crise nas bolsas fez disparar o número de reclamações na CMVM, liderada por Carlos Tavares



Tiago Spizsa/DAS

MARTIN GERTNER/EP

a Banca



MIGUEL A. LOPEZ/USA

Constâncio já sabia do Insular em 2007

● António Franco, ex-administrador do BPN, revelou que o Banco de Portugal (BdP) confrontou o BPN com a titularidade do Insular em 2007. "O BdP perguntou, explicitamente, a 27 de Julho de 2007, o tipo de relação que o BPN tinha com o Insular." Franco garantiu que "houve uma altura em que o BdP pediu o relatório e contas do Insular", o que aconteceu "muito antes de 2007".

Questionado sobre quem definia os movimentos que ficavam dentro e fora de balanço no Insular, o ex-gestor assumiu que a decisão cabia a Oliveira e Costa. Já "Luís Caprichoso e a sua equipa eram responsáveis pela contabilidade das empresas offshores" agora conhecidas. ■ D.R.

EDITORIAL

PEDRO CARVALHO

Subdirector

pscarvalho@economicasqps.com

*Sem rei nem ROC*

Vários meses volvidos sobre o colapso do BPN e a situação de iminente insolvência do BPP, continuam a procurar-se os culpados. No caso do BPN, o ex-administrador Oliveira Costa está detido por presumível envolvimento em crimes de fraude fiscal qualificada, abuso de confiança, falsificação de documento e branqueamento de capitais. No caso do BPP, João Rendeiro mostrou-se de imediato disponível para deixar o cargo, se essa atitude fosse necessária para viabilizar o plano de recuperação e saneamento elaborado pelo Banco de Portugal.

Culpados ou não, os administradores não podem ser os únicos a responder pelos buracos financeiros que se geraram nos respectivos bancos. Isto porque, quando um cliente vai depositar o seu dinheiro num banco, não está preocupado, e nem tem de estar, com a idoneidade dos seus gestores. Não conhece, e nem tem de conhecer, a equipa de gestão a quem confia as suas poupanças. Confia sim num sistema financeiro que, tal como na maior parte dos países desenvolvidos, está montado numa apertada teia de regulação, supervisão e controlo. E é essa confiança que o leva a dormir descansado, como se tivesse o dinheiro debaixo do colchão.

Por isso, quando um banco está à beira do colapso, colocando em perigo as poupanças de milhares de famílias, não chega culpar os gestores por fraude ou gestão danosa. É imperativo perceber porque é que o sistema de supervisão e de controlo não funcionou e não detectou, em tempo útil, os alegados riscos e irregularidades.

Nesta procura de responsabilidades, não bastam as comissões de inquérito para apurar se o Banco de Portugal cumpriu ou não os seus deveres legais de supervisão. É preciso também perceber porque é que os auditores e os Revisores Oficiais de Contas (ROC), entidades que têm uma maior proximidade e que participam no dia-a-dia das empresas, certificaram contas que, no caso do BPN, tinham um buraco de 1,8 mil milhões. Ainda esta semana, Rui Pedras considerou que todo o sistema de supervisão falhou, mas responsabilizou, em especial, as auditoras e os ROC.

Este clima de desconfiança já levou o Banco de Portugal a pedir esclarecimentos à empresa que certificou as contas do BPN, sobre os motivos que levaram os auditores a não revelar ou detectar a situação de insolvência. A CMVM também está a fazer um raide a dezenas de ROC, sendo um deles o do BPN, devido a alegadas falhas no cálculo das unidades de participações dos fundos, cujo empolamento não foi detectado.

Os auditores e os ROC são a primeira linha de controlo, cabendo-lhes assegurar que a informação financeira prestada é um retrato fiel da situação das empresas. Se essa linha falha, todas as restantes peças no xadrez da supervisão ficam desprotegidas. ■



CMVM investiga revisores ofici

DEZENAS DE ACÇÕES de supervisão presencial foram desencadeadas. Os casos do BPN e BPP reforçaram a

Lígia Simões
lismoes@economicasqps.com

A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) desencadeou acções de fiscalização a dezenas de Revisores Oficiais de Contas (ROC). O objectivo é o de supervisionar o trabalho de auditoria realizado em algumas sociedades cotadas e verificar se as novas regras, decorrentes da transposição da directiva comunitária da auditoria, estão a ser implementadas. Também o ROC do Banco Português de Negócios (BPN), a sociedade J.Monteiro & Associados, está a ser investigado, um raide que está relacionado por falhas no cálculo das

unidades de participações dos fundos de investimento, cujo empolamento não foi detectado nem pelo auditor nem pelo ROC, apurou o Diário Económico.

Considerada desde 2006 como uma área nevrálgica da supervisão desta entidade reguladora, o raide da CMVM aos ROC é agora reforçado no seguimento de incidentes como os do BCP, BPN e BPP. Nestes dois últimos bancos foram recentemente detectadas operações de sub-contabilização de perdas que estão agora a ser contestadas pelos reguladores.

Fonte oficial da CMVM não comenta as acções de supervisão em curso, avançando apenas que “desde

A Sociedade J.Monteiro & Associados, ROC do BPN, está a ser investigada. Em causa está um alegado empolamento do valor dos fundos imobiliários do banco.

2006 identificou a área de supervisão aos ROC como uma prioridade, bem como a necessidade de supervisões presenciais programadas mediante a definição de um modelo de risco”.

Na investigação ao ROC do banco criado por Oliveira Costa, as certificações de contas vão ser alvo de um relatório, onde serão apontadas eventuais responsabilidades. No caso de a CMVM detectar situações graves, a J.Monteiro & Associados arrisca-se a contra-ordenações, punível com coima entre os 10 mil e 50 mil euros.

Ainda esta semana, Rui Pedras, que transitou da administração de Miguel Cadi-

lha para a actual administração de Francisco Bandeira, considerou que falhou todo o sistema de supervisão, responsabilizando, sobretudo, as auditoras e os revisores oficiais de contas. Todos eles, frisou na comissão de inquérito ao caso BPN, falharam na detecção naquilo que designou de “mega fraude” do BPN.

Rui Pedras referiu que ao assumir funções no banco verificou existir “um ambiente propício” à prática de ilegalidades e deu como exemplo o “clima de confiança” entre auditores e ROC na informação prestada pela administração do banco. A este respeito contou aos deputados da comissão que não encontrou actas dos conselhos de ad-

ministração pelo menos desde 2005, mas apenas projectos de actas. Situação com a qual, segundo Rui Pedras, o ROC foi confrontado e que terá respondido “nós confiávamos”. “Estas entidades existem não para confiar, mas para desconfiar dos órgãos de gestão”, concluiu o administrador do BPN.

Como é que poderiam ter sido certificadas as contas do BPN pelos ROC conhecendo-se hoje as irregularidades cometidas, com imparidades e perdas detectadas pela actual administração do banco nacionalizado de 1,8 mil milhões de euros? Esta é uma questão que tem sido frequentemente colocada desde que



QUEM FAZ A SUPERVISÃO

1 Conselho Nacional de Supervisão da Auditoria

■ O CNSA foi criado pelo Decreto-Lei n.º 225/2008, de 20 de Novembro, e assumiu a responsabilidade pela organização e gestão de um sistema de supervisão pública dos ROC e das sociedades de ROC. O CNSA é constituído maioritariamente por pessoas que não exercem a actividade de ROC, integrando um representante das principais entidades reguladoras do sector financeiro (BdP, CMVM e ISP), da Ordem dos ROC e da Inspeção-Geral das Finanças. A nova entidade de supervisão tem poderes de fiscalização, sempre que ocorram indícios de irregularidades na revisão legal de contas. Cabe-lhe também a instrução e decisão de processos de contra-ordenação e o exercício da acção disciplinar e sancionatória.

As regras europeias exigem que os ROC e as SROC estejam inscritos num registo público.

2 Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

■ Até Novembro de 2008, quando foi criado o CNSA, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), era a entidade que tinha a competência de supervisão do trabalho de auditoria realizado nas sociedades cotadas. Sempre defendeu que não devia ver reduzidos os seus poderes em matéria de supervisão dos auditores de sociedades com valores mobiliários cotados. Antes da criação do CNSA, Carlos Tavares rejeitou a possibilidade de ficar responsável pelo controlo dos auditores e ROC que prestam serviços a empresas que não tenham títulos cotados. Uma responsabilidade que só teria condições de assumir caso aumentasse os seus recursos humanos.

Até final de 2008, a supervisão dos ROC de sociedades cotadas pertencia apenas à CMVM.

3 Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

■ As novas regras do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (EOROC) incluem a rotação obrigatória do responsável pelas contas das entidades de interesse público e a criação de um registo público de ROC e de sociedades de ROC. As garantias de transparência são reforçadas relativamente às entidades de interesse público, qualificação que abrange, designadamente, as instituições de crédito, as empresas de seguros e as sociedades gestoras de participações sociais. Entre outros requisitos, passou a ser obrigatória a rotação do responsável pela orientação ou execução da revisão legal de contas, com uma periodicidade não superior a sete anos. Também foi vedada a revisão legal de contas em caso de interesse pessoal e impôs-se a divulgação de um relatório de transparência pelos ROC.

O estatuto da Ordem determina a mudança de responsável pela auditoria a cada sete anos.

Deveres do ROC

- Verificar se as dívidas efectivas se encontram adequadamente contabilizadas e/ou divulgadas. E também se outras situações de eventual incumprimento podem resultar dívidas ainda não determinadas ou omitidas, cuja não divulgação possa afectar a imagem dada pelas demonstrações financeiras.
- Constituir contra-ordenação grave a violação dos deveres de independência ou de sigilo ou da prestação de informações falsas ao CNSA.

ais de contas

opção estratégica. O ROC do BPN está também na mira do regulador.

soaram as primeiras campanhas de alarme com a nacionalização do BPN, em Novembro de 2008, após um colapso que, segundo o Ministro das Finanças, se ficou a dever a situações particulares, de legalidade duvidosa. O Diário Económico tentou contactar o Bastonário da ordem dos Revisores Oficiais de Contas, António Gonçalves Monteiro, mas todas as tentativas se revelaram infrutíferas. Fica por esclarecer se a Ordem pretende, ou está,



Carlos Tavares, presidente da CMVM

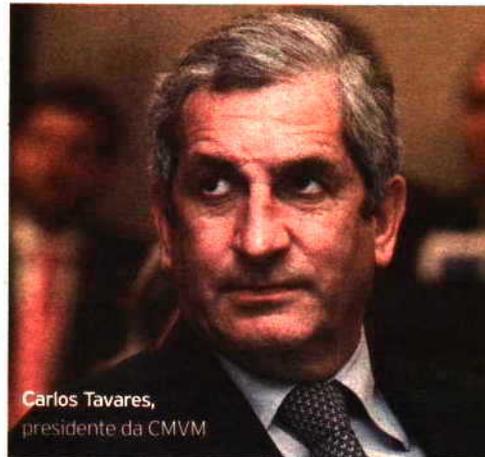
a fazer alguma averiguação aos ROC do BPN e do BPP. **Nova directiva da auditoria** Esta Directiva, de 2006, surge na sequência de um processo de reflexão iniciado em 1996 com a publicação, pela Comissão Europeia, do Livro Verde sobre "O Papel, Estatuto e a Responsabilidade dos Revisores Oficiais de Conta na UE". A Directiva mantém os requisitos em matéria de formação para acesso à actividade de revisão legal de contas e auditoria

que constavam da 8ª Directiva, bem como as condições para aprovação de novos ROC e firmas de auditores. O dever de independência, integridade e objectividade dos revisores oficiais de contas é, entanto, reforçado neste novo regime. Entre as novas regras está a proibição ao mesmo auditor de fazer planeamento fiscal e revisão de contas. Estão ainda proibidos de realizar a revisão legal de contas em caso de auto-revisão ou de interesse pessoal, derivada de relação financeira, empresarial, de trabalho ou outra com a entidade examinada. Circunstâncias susceptíveis de prejudicar a observância daqueles princípios. ■

CMVM investiga dezenas de revisores de contas

O REGULADOR DO MERCADO DE CAPITAIS INICIOU FISCALIZAÇÕES A DEZENAS DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS (ROC) NA SEQUÊNCIA DOS CASOS BCP, BPN E BPP.

O objectivo da CMVM é supervisionar o trabalho de auditoria em empresas cotadas e verificar as razões das falhas na contabilização de alguns activos. Este raide ganhou novo significado depois das irregularidades encontradas no BPN. Se forem detectadas situações graves, os revisores de contas arriscam coimas entre 10 mil e 50 mil euros. **P32**





DESTAQUE
CASO
BPN

{DE}

PROCESSOS
COM COMISSÕES
DE INQUÉRITO



CASO CAMARATE
1996/2001/2004

■ Por três vezes os deputados investigaram a queda do Cessna onde viajavam Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa.



JAE
1998

■ Em causa estava o alegado desvio e má aplicação de fundos da Junta Autónoma de Estradas favorecendo técnicos e políticos.



ENTRE-OS-RIOS
2001

■ A queda da ponte de Entre-os-Rios provocou duas investigações. De um lado, a parlamentar do outro a judicial que terminou com dedicação de acusações.



FIM DO SIGILO NO BPN

DADOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA IMPEDEM QUE O TRIBUNAL DA RELAÇÃO AUTO

Susana Represas e Sandra Almeida Simões
srepresas@economicasgpps.com

O levantamento do sigilo bancário no caso BPN, pedido pela Comissão Parlamentar de Inquérito, está em risco. Alguns dos dados requeridos pelos deputados estão em segredo de Justiça, o que faz com que este pedido choque com a investigação criminal.

O facto de cerca de 80% dos pedidos de levantamento do sigilo bancário que dão entrada no Tribunal da Relação de Lisboa serem aceites, não será por isso suficiente, para assegurar que o requerimento que os deputados pretendem apresentar seja atendido. Até porque, nesta situação, o requerimento não é feito, como nos outros casos, pelas autoridades judiciárias.

O Ministério Público terá de ser ouvido sobre o pedido dos deputados e deverá defender a manutenção do sigilo para que não haja interferência na investigação criminal, revelando informações em segredo de Justiça.

Segundo apurou o Diário Económico, da lista de informações que a Comissão de Inquérito solicitou ao Banco de Portugal (BdP), fazem parte actas do Conselho de Administração do BPN e da Sociedade Lusa de Negócios, troca de correspondência entre as duas entidades, e entre o BdP e o Banco Central de Cabo Verde e

ainda relatórios das auditoras Deloitte e da Ernest & Young. Os pedidos foram todos negados por Vítor Constâncio, que alegou sigilo bancário e profissional. No entanto, no início de Janeiro, o BdP alterou a sua posição relativamente aos relatórios da Deloitte, respondendo que neste caso, a informação já podia ser consultada nas instalações do BdP, embora continuasse a ser reservada.

Mas a Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída para apurar as irregularidades cometidas no BPN - que conduziram à primeira

Cerca de 80% dos pedidos de levantamento do sigilo bancário que dão entrada no Tribunal da Relação de Lisboa são aceites.

nacionalização na banca em 33 anos - e avaliar a actuação do Banco de Portugal na supervisão da instituição, não ficou convencida com as negadas dadas por Constâncio e pondera avançar para tribunal. Uma decisão que está dependente da aprovação do presidente da Assembleia da República, Jaime Gama. Se o pedido der entrada na Relação de Lisboa, está nas mãos do tribunal aceitar ou não a consulta dos dados.

Facto é que a existência e utilidade desta comissão presidida pela socialista Maria de Belém não é consensual. Em Dezembro, a procuradora titular do inquérito judicial ao BPN, Cândida Almeida considerou que "havendo uma investigação criminal, um inquérito parlamentar é negativo". Por outro lado, a procuradora Maria José Morgado considerou que "as comissões de inquérito parlamentar podem prosseguir paralelamente, dado que se desenvolvem independentemente, sem interferências mútuas e com finalidades distintas - a política e a judicial", defendeu a directora do DIAP num artigo publicado no Semanário Económico. E se a criação da própria Comissão não foi unanimemente aceite, o levantamento do sigilo bancário é outro tema que gera discussão entre os especialistas.



António Franco foi ontem ouvido no Parlamento. As suas declarações geraram uma reacção do Banco de Portugal.

Oliveira Costa demitido por accionistas da SLN

Banco Central acusa António Franco de irregularidades.

Sandra Almeida Simões e Mónica Silveiras
ssimoes@economicasgps.com

“Um núcleo duro de accionistas descontentes com a gestão e com suspeitas de práticas menos correctas na instituição, reuniram-se com Oliveira Costa e acabaram por demiti-lo”, revelou ontem António Franco, ex-administrador do BPN, na comissão de inquérito ao caso BPN. Mas as acusações do responsável não ficaram por aqui. O antigo quadro do BPN revelou que a supervisão “pediu muito antes de 2007 as contas do Banco Insular”. “O Banco de Portugal não fez as perguntas suficientes e tinha meios para o fazer. Contenta-se com meias respostas, quando os problemas são resolvidos [...] Não insistia”, afirmou.

Estas afirmações do ex-administrador da instituição geraram uma reacção imediata do Banco de Portugal que defende que António Franco fez “uma confissão pública” de que “sistemática e deliberadamente colaborava na prestação de informações incompletas e não verdadeiras às Autoridades, permitindo-se mesmo sublinhar a eficiência das dissimulações praticadas e a naturalidade com que participou nesses actos”.

Para António Franco, as contas da SLN que, consequentemente, englobavam resultados extraordinários “deveriam ter merecido mais atenção”. A instituição liderada por Vítor Constâncio contrapõe que são os actos do ex-administrador do BPN que devem “merecer o máximo rigor da Lei” na apreciação dos mesmos.

O Banco de Portugal – cuja actuação enquanto regulador está sob avaliação da comissão parlamentar – revelou mesmo que “estão em curso processos que poderão eventualmente conduzir à inibição do exercício de cargos no sistema financeiro”. “Outros possíveis aspectos de foro penal associados às fraudes cometidas no BPN só podem ser consideradas pelo Ministério Público”, acrescenta o BdP.

Segundo, António Franco as irregularidades e os indícios de crime foram uma das três razões que levaram à demissão de Oliveira e Costa, em Fevereiro, embora, este tivesse alegado “motivos de saúde”. Outra das razões foi, em 2007, Oliveira Costa, ter anunciado publicamente a intenção de dispersar em bolsa parte do capital do banco. A entrada no mercado accionista, através de um IPO (oferta pública inicial), era um assunto que estaria a ser estudado internamente e apenas dependente das condições de mercado. Para o grupo de accionistas de referência – onde se incluíam Joaquim Coimbra, Almiro Jesus, Joaquim Abreu, Fernando Cordeiro, Avelino Mota Francisco, entre outros – “era impensável avançar com um IPO”, contou António Franco. “Fazer naquela instituição, que acabou com uma nacionalização, um IPO gerou oposição, porque se estaria a envolver mais accionistas e a CMVM”, esclareceu.

Para além de os administradores e accionistas não se reverem na estratégia de gestão do ex-banqueiro, que apelidavam de “centralizadora”, também a “postura” de Oliveira Costa gerou contestação interna. “Num segundo momento, quando o Banco de Portugal questiona sobre o Insular e não há reacção de Oliveira Costa, assiste-se à revolta de um outro conjunto de responsáveis. Não havia soluções, tudo era transitório.” ■

Vítor Constâncio, governador do Banco de Portugal



PROCESSOS COM COMISSÕES DE INQUÉRITO



ENVELOPE 9 2007

■ O “24 Horas” divulgou uma listagem de chamadas dos titulares de cargos de soberania. A PGR e o Parlamento investigaram responsabilidades.



BCP 2008

■ Por proposta do PSD os deputados investigaram a alegada utilização por parte do BCP de ‘offshores’ para a compra de acções próprias. Em causa estavam falhas não confirmadas dos supervisores financeiros.



BPN 2008

■ Depois de ter sido detido o ex-presidente do BPN, justificou-se uma comissão de inquérito. Os deputados vão apurar “se houve uma falha grave do BdP no seu poder de supervisão.

EM RISCO

ANULAZ O REQUERIMENTO DA COMISSÃO PARLAMENTAR.

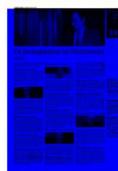
O constitucionalista Bacelar Gouveia defende, em declarações ao Diário Económico, que nestes casos, de criminalidade económica, “o sigilo protege aquilo que não tem legitimidade para ser protegido, que é o dinheiro”. E para o especialista, “o dinheiro não faz parte da intimidade das pessoas”. Pelo contrário, o sócio da PLMJ Paulo Farinha Alves não vê “nenhuma utilidade prática nesta comissão e no levantamento do sigilo bancário”. O advogado sustenta que “o que se está a passar é um completo atropelo à investigação judicial”, e defende que o Tribunal da Relação de Lisboa “prestaria um bom serviço à democracia e à Justiça se não aceitar”. Farinha Alves, que defende vários arguidos da Operação Furação, considera que esta comissão está a fazer “um julgamento na praça pública”, e rejeita o argumento de que se trata de uma apreciação política do caso BPN.

Já Germano Marques da Silva, que defendeu o BdP na decisão de não levantar o sigilo aos deputados, lembra que “cabe ao juiz ponderar se é necessário”. Mas o penalista é claro ao afirmar que a lei define que “quem quebra o sigilo é o tribunal. Não podem ser os políticos. Se não qualquer dia é uma ditadura”. ■

Dados pedidos pelos deputados ao BdP

■ No âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito, os deputados foram pedindo ao longo dos meses ao Banco de Portugal, vários documentos, nomeadamente, actas do Conselho de Administração do BPN e da Sociedade Lusa de Negócios, e ao próprio BPN; troca de correspondência entre o BdP e o BPN. Alguns partidos pediram informação

genérica, outros especificaram cartas, emails e informações sobre os pedidos de inspeções periódicas efectuadas ao BPN. Relatórios das auditoras Deloitte e da Ernest & Young, troca de correspondência entre o BdP e o Banco Central de Cabo Verde sobre o Banco Insular, processos contra-ordenacionais contra o BPN.



Oliveira e Costa já foi detido e foi o primeiro a depor na comissão de inquérito do BPN.

DESTAQUE
CASO
BPN

{DE}

Os protagonistas no Parlamento

Sandra Simões
ssimoes@economicasgpps.com

Audições da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a situação que levou à nacionalização do BPN e sobre a supervisão bancária inerente.

1. OLIVEIRA COSTA - 13 DE JANEIRO

O fundador da SLN e do BPN foi o primeiro a depor na comissão de inquérito ao caso BPN. Na única audição à porta fechada até agora, o ex-banqueiro, detido desde 20 de Novembro, alegou o estatuto de arguido para recusar responder às questões dos deputados sobre o BPN. Esta foi, no entanto, a audição mais mediática até agora.

2. MIGUEL CADILHE - 15 DE JANEIRO



A presença do último presidente do BPN antes da nacionalização, no Parlamento, foi marcada por fortes críticas à supervisão do Banco de Portugal e ao Governo. "Não vejo razões económicas, nem financeiras para a nacionalização. A meu ver foi uma decisão com contornos políticos", frisou. "A nacionalização foi uma bomba atómica que travou a investigação às práticas irregulares das anteriores administrações do banco".

3. ABDOL VAKIL - 16 DE JANEIRO

Abdool Vakil assumiu a presidência interina do BPN, após a saída de Oliveira Costa em Fevereiro do ano passado até à eleição de Cadilhe em Junho. Quando assumiu a liderança do BPN disse existir uma "relação de crispação" com o BdP e que o BPN tinha 157 pedidos de informação por responder ao supervisor. Vakil, também presidente do Efisa, revelou que só em Maio de 2008 se concluiu que o Banco Insular era detido pelo grupo SLN.

4. CARLOS SANTOS - 20 DE JANEIRO

O antigo director do departamento de supervisão do Banco de Portugal que exerceu funções até Dezembro, manifestou dúvidas sobre a idoneidade de Oliveira Costa. Considerou injustas as críticas à sua supervisão neste caso e garantiu que os problemas detectados no BPN resultaram de uma elevada pressão por parte do BdP.

5. PEDRO DUARTE NEVES - 27 DE JANEIRO

O vice-governador do BdP revelou o plano desenhado pela equipa de Cadilhe de "esperança" ao supervisor, pois "poderia ser a solução para recuperar o BPN". Adiantou que foi por essa razão que o BdP não nomeou administradores para o banco e acusou a administração da instituição de "atitude dolosa". Como o banco registou um crescimento muito rápido mereceu sempre o acompanhamento do BdP.

6. DIAS LOUREIRO - 27 DE JANEIRO



O actual conselheiro de Estado e ex-administrador da SLN foi confrontado pelos deputados sobre uma reunião, em 2002, com António Marta, sobre a qual ainda permanecem versões contraditórias. Foi ainda explicada a compra do negócio de Porto Rico, que acompanhou de perto e que foi responsável "por perdas significativas".

7. ANTÓNIO MARTA - 28 DE JANEIRO

A audição ganhou destaque porque o ex-vice-governador do BdP, entre 1994 e 2006, reconheceu ter ocorrido uma "falha" em matéria de supervisão no caso BPN. Face à discrepância de declarações com Dias Loureiro sobre o encontro em 2002, onde Dias Loureiro terá alertado para a gestão da SLN, António Marta mostrou-se disponível para uma acareação.

8. NORBERTO ROSA - 3 DE FEVEREIRO

O administrador da CGD e vice-presidência do BPN considerou que o banco não tem condições para indemnizar antigos accionistas e administradores, devido à situação "líquida negativa". Revelou que o valor das imparidades no BPN já ascende a 1,7 mil milhões de euros, mais do dobro do valor inicialmente calculado. E que o plano entregue às Finanças prevê a integração na Caixa, venda imediata ou manutenção "durante algum tempo para posterior venda".

9. FRANCISCO BANDEIRA - 3 DE FEVEREIRO



"O BPN terá um valor, abaixo do qual a CGD estará interessada". Esta foi uma das afirmações que marcou a audição ao actual presidente do BPN, que acrescentou haver "mais do que um interessado" na aquisição do banco. A Caixa tentou mesmo comprar o BPN antes da nacionalização.

10. JORGE VIEIRA JORDÃO - 4 DE FEVEREIRO

O antigo administrador da SLN explicou o negócio de Porto Rico, que classificou de "elevado risco" e denunciou a gestão "centralizadora" de Oliveira Costa. Tal como Dias Loureiro, acusou o ex-

banqueiro de "não partilhar estratégias", sublinhando que nunca teve acesso às movimentações das 'offshores' e que desconhecia o Banco Insular.

11. ANTÓNIO JOSÉ DUARTE - 4 DE FEVEREIRO

Entre 1999 e 2006 trabalhou na direcção de operações do BPN e foi um dos colaboradores que registou operações financeiras no Insular. Entre 2002 e 2009, "houve várias centenas de movimentos" entre bancos, revelou.

12. RUI PEDRAS - 10 DE FEVEREIRO

O antigo vogal do conselho directivo da CMVM, convidado para integrar a administração do BPN por Cadilhe, Norberto Rosa, teve fortes críticas à supervisão - BdP, CMVM, ISP, administradores, auditores e accionistas. Apelidou o BPN de "mega-fraude" e de "caso de polícia".

13. EMANUEL PEIXOTO - 10 DE FEVEREIRO

Antigo quadro do BPN ligado à direcção de operações, confessou ter conhecimento da existência do Banco Insular de Cabo Verde desde 2002. Disse que todas as operações efectuadas de e para o Insular estão registadas e disponíveis para consulta até hoje. Por isso, o Insular era do "conhecimento público e soberano" e tinha como correspondente único o BPN Cayman e este "tinha como correspondente único o BPN SA".

14. JOSÉ VAZ MASCARENHAS - 11 DE FEVEREIRO



O presidente do Banco Insular protagonizou a audição mais prolongada. Revelou que o Insular sempre foi da SLN e contestou que o banco seja responsável por um buraco de 585 milhões de euros no BPN, uma vez que o balanço actual do banco não ultrapassa os 200 milhões de euros. Revelou que o Insular era "a caixa de correio do BPN", já que decidia e montava as operações de crédito feitas pelo banco cabo-verdiano.

15. PERIQUITO COSTA - 11 DE FEVEREIRO

Contou que encontrou "entre 94 e 96 off-shores" no grupo, das quais em apenas "seis ou oito" o beneficiário último não era a própria SLN. Convidado por Cadilhe para integrar a "Operação César", destinada a detectar as 'offshores' escondidas na engenharia financeira do grupo SLN, revelou que essas 'offshores' financiavam prejuízos das mais diversas formas, em alterações cambiais, créditos em mora ou créditos incobráveis. ■

■ **PEDIDOS**
O BPN anunciou que tinha 157 pedidos de informação por responder ao Banco de Portugal

157

■ **'OFF-SHORES'**
Dos 94 a 96 'off-shores' do grupo, em apenas "seis ou oito" o beneficiário último não era a própria SLN, segundo Periquito Costa.

■ **BURACO**
O Banco Insular é alegadamente responsável por um buraco de 585 milhões de euros no BPN

585 milhões



UMA CERVEJA COM MUITO BOM GOSTO.
Seja responsável. Beba com moderação.

Torne qualquer refeição numa ocasião especial

PSI 20 ▼ -0.81% (6405.49) | Madrid ▼ -1.85% (8200.9) | Londres ▼ -0.76% (4202.24) | Dow Jones ▼ -0.09% (7932.76) | Nasdaq ▲ 0.73% (1541.71) | Euro ▼ 1.2825 | Brent ▼ 47.27 | Ouro ▲ 946.15

Diário Económico

Hoje em www.economico.pt
Reunião de ministros das Finanças do G7

Sexta-feira 13 de Fevereiro de 2009 nº 4570 Director António Costa Director-adjunto Bruno Proença Subdirectores Francisco Ferreira da Silva e Pedro Sousa Carvalho Preço (IVA incluído) Continente: 1,60 euros



HOJE
'Online' tem as melhores taxas
Os bancos na net oferecem juros mais altos

CMVM investiga dezenas de revisores de contas

O REGULADOR DO MERCADO DE CAPITAIS INICIOU FISCALIZAÇÕES A DEZENAS DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS (ROC) NA SEQUÊNCIA DOS CASOS BCP, BPN E BPP.

O objectivo da CMVM é supervisionar o trabalho de auditoria em empresas cotadas e verificar as razões das falhas na contabilização de alguns activos. Este raide ganhou novo significado depois das irregularidades encontradas no BPN. Se forem detectadas situações graves, os revisores de contas arriscam coimas entre 10 mil e 50 mil euros. **P32**



Carlos Tavares, presidente da CMVM

FINANÇAS PESSOAIS

Conheça os depósitos a prazo que rendem mais

OS BANCOS APOSTAM NAS APLICAÇÕES A PRAZO. SAIBA AS QUE MELHOR SE ADAPTAM AO SEU CASO.

No suplemento, veja ainda porque os fundos éticos não convencem



Economia deve sofrer a maior quebra desde 2003

ECONOMIA TERÁ CONTRAÍDO 1% NO ÚLTIMO TRIMESTRE. O PIB DEVERÁ TER CRESCIDO 0,3% EM 2008. **P10**

Tribunal da Relação deverá manter sigilo no caso BPN

O SEGREDO DE JUSTIÇA DIFICULTA LEVANTAMENTO DO SIGILO BANCÁRIO. **P6**

Salvação da Livraria Byblos obriga a duplicar vendas **P20**

NOVA LEI APROVADA ONTEM **P46**
Licença de maternidade passa para seis meses

SAÚDE **P12**
Venda de medicamentos em Janeiro sofre quebra recorde de 8,3%

CONSULTÓRIO FISCAL
COLOQUE AS SUAS QUESTÕES EM WWW.ECONOMICO.PT
KPMG As respostas aos leitores **P16**

IMOBILIÁRIO **P28**
Dificuldade na venda de casas obriga empresários a apostar no arrendamento

TRANSPORTE FERROVIÁRIO **P18**
CP tem 15 locomotivas novas paradas há quatro meses no Poceirão



Ex-quadro do BPN critica inércia do Banco de Portugal

Supervisor diz que António Franco reconhece ter colaborado na prestação de informações não verdadeiras às autoridades

● O Banco de Portugal de Portugal “podia ter intervido muito mais cedo no Banco Português de Negócios”, defendeu o ex-director de Operações do BPN.

António Franco, que falava na comissão parlamentar de inquérito ao processo que levou à nacionalização do banco, afirmou ainda que o Banco de Portugal pediu à Sociedade Lusa de Negócios um relatório e contas do Banco Insular muito antes de 2007 e teve acesso a operações feitas com essa instituição. Foi através do Insular, um banco sediado em Cabo Verde, que o BPN realizou muitas operações que estão na origem da forte descapitalização em que se encontra actualmente. O BdP podia “indiscutivelmente ter pedido o extracto de conta do Banco [Insular] e nunca o fez”, disse Franco.

Em reacção às declarações deste responsável, o BdP assinala que elas são “a confissão pública de que o senhor António Franco sistemática e deliberadamente colaborava na prestação de informações incompletas e não verdadeiras às autoridades”. “Deverá, pois, merecer o máximo rigor da lei na apreciação dos seus actos”, assinala o organismo supervisor, que acrescenta ter em curso averiguações que poderão conduzir à inibição de cargos no sistema financeiro.

O ex-director de Operações do BPN



JOSÉ CARLOS COELHO

BPN foi ameaçado com a proibição de receber depósitos

revelou também que as operações com o “balcão virtual” e Banco Insular de Cabo Verde funcionavam da mesma forma e sob ordens das mesmas pessoas, estando todas registadas.

Marta fez ameaças

Perante os deputados, António Franco revelou também que o antigo vice-governador do Banco de Portugal, António Marta, antes de deixar o cargo (Maio de 2006), chamou os administradores do Banco Português de Negócios, os auditores e o revisor oficial de contas e chegou a ameaçá-los com a eventualidade de proibir a instituição de receber depósitos.

Na sequência desta reunião, relatou Franco, chegou a haver “uma mudança aparente” no funcionamento da instituição. Mas depois

“tudo voltou ao mesmo”.

O antigo director de Operações revelou também que o Banco de Portugal pediu acesso ao computador que era utilizado pelo BPN para registar as operações feitas com o Insular. O problema, acrescentou, é que esse acesso era filtrado, no mesmo quadro do que era facilitado aos auditores, o que permitia criar “alguma opacidade”.

Mesmo assim, Franco entende que a supervisão podia sempre pedir o extracto das operações realizadas num determinado período, para verificar o que estava a passar-se.

As transacções com o banco Insular eram ordenadas por um núcleo restrito de pessoas, entre as quais Oliveira e Costa, Francisco Sanches e Luís Caprichoso, referiu o responsável. **PÚBLICO/Lusa**



BPN terá tido auditorias alteradas

Comissão. Oliveira Costa terá pedido para mudar relatórios, revelou quadro do banco

O director de Operações do BPN e seu posterior administrador, António Franco, denunciou ontem, no Parlamento, que José Oliveira Costa mandou expressamente alterar relatórios de auditorias internas.

Ouvido pelos deputados da comissão de inquérito, António Franco referiu que Oliveira Costa mandou o director de auditoria do BPN, Jorge Rodrigues, alterar relatórios de au-

ditorias internas feitas ao BPN Cayman, mas que acabavam por ter reflexos a nível do Banco Insular.

António Franco considera, contudo, que o Banco de Portugal podia ter acesso às operações do Insular. Confirma mesmo que o BP pediu acesso ao sistema AS400 – uma mega máquina da IBM onde ficam registadas todas as operações bancárias – mas frisou que até 2004 o acesso às operações do Cayman e do Insular era filtrado por forma a que os clientes não ficassem expostos. No entanto, Franco fez questão de frisar que se dava ao BP

o mesmo acesso que se dava aos auditores, apesar deste acesso ser dado operação a operação, cliente a cliente, para se criar alguma opacidade no sistema. Em todo o caso deixou claro que bastava o BP pedir um extracto das operações para um determinado período para todas as operações ali feitas revelarem a existência do Insular, revelando ainda – em óbvia contradição com o que disse, também no Parlamento, o governador Vítor Constâncio – que o BP pediu em 2006 o relatório e contas do Insular. ■

EVA CABRAL



Alegações finais Honório Novo DEPUTADO DO PCP

“Sigilo bancário está a ser invocado arditosamente”

EVA CABRAL

O que levou o PCP a tomar a iniciativa de suscitar a discussão do levantamento do sigilo bancário no caso da comissão de inquérito ao BPN?

O facto de nos termos apercebido no decorrer dos trabalhos da comissão de inquérito de que existem instituições e pessoas que de forma arditosa invocam o segredo profissional bancário para não responderem às questões colocadas e evitarem que se apure a verdade.

Quer concretizar?

Essa invocação foi feita pelo Banco de Portugal, pelo BPN e mesmo por vários auditores externos. Assim, tomei a iniciativa de pedir para se avançar com o processo de levantamento do sigilo bancário junto do Tribunal da Relação, pois participei recentemente na comissão de inquérito ao BCP que não foi conclusiva. Precisamente por causa do sistemático recurso ao sigilo bancário.

Um risco que agora não quer voltar a correr?

Deve sempre prevalecer o interesse público e não o privado. O apuramento da verdade é do interesse do Parlamento e do País, pelo que o sigilo bancário deve ceder perante este interesse público prevalectente.

Nesta fase, o que pode possibilitar o levantamento do sigilo bancário?

Desde logo a resposta a cerca de 28 quesitos – a que se jun-



PAULO SPRINGER

“O apuramento da verdade é do interesse da AR, o sigilo deve ceder perante o interesse público”

ta mais uma série de questões soltas colocadas durante as várias audições – e em relação aos quais várias entidades não respondem invocando o sigilo bancário. Lembro, por exemplo, que ao Parlamento são recusados elementos como a correspondência entre o BP e o BPN ou mesmo relatórios de auditorias.

Concorda com a necessidade de a Assembleia se dotar de um parecer de um juríconsulto para pedir o levantamento na Relação?

Penso que o parecer é perfeitamente escusado, pois não me parece que o Tribunal da Relação seja de algum modo influenciado pela existência de um parecer que nem sequer é vinculativo. Acima de tudo, o pedido de um parecer a um juríconsulto não pode e nunca servir para que o processo se arraste sem se avançar para o levantamento do sigilo bancário. Por isso, este parecer deve ser pedido com a máxima rapidez.

Em que prazo?

A comissão de inquérito deliberou que este parecer seja obtido num máximo de oito dias. Ou seja, os serviços técnicos da comissão de inquérito devem desde já avançar com a elaboração do pedido de levantamento de sigilo para se entregar na Relação, a que se anexa o parecer do juríconsulto. ■